

Copyright © 2015 Tercio Redondo

COORDENAÇÃO EDITORIAL: Valentim Faccioli
PROJETO GRÁFICO DO MIOLO: Antônio do Amaral Rocha

CAPA: Didi Jucá

FOTA DA CAPA: Juliana Alabarse e Mariano Czarnobai (creativefotografias.com.br)

REVISÃO: Thiago Valentim Janeiro

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

R252w

Redondo, Tercio

Woyzeck: exploração social e forma dramática: comentário e tradução integral da tragédia de Georg Büchner / Tercio Redondo. – 1. ed. – São Paulo: Nankin, 2015. 224 p.; 21 cm.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7751-103-7

1. Büchner, Georg. 1813-1837 – Crítica e interpretação.
2. Teatro alemão – História e crítica. I. Título.

15-25522

CDD: 832
CDU: 821.112.2-2

12/08/2015

Direitos reservados a:

Nankin Editorial
Rua Tabatinguera, 140, 8º andar, conj. 803
Centro – 01020-000 – São Paulo – SP – Brasil
Tels. (11) 3106-7567, 3105-0261 e (11) 3104-7033
www.nankin.com.br
nankin@nankin.com.br

2015

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

TERCIO REDONDO

Woyzeck

Exploração social e forma dramática
Comentário e tradução integral
da tragédia de Georg Büchner



fessor ouvem-se palavras duras de condenação e escárnio, pois o soldado já não passa de um “asno”. A cena de Woyzeck com o filho e Karl encerra-se com o isolamento final do protagonista, rejeitado pela criança, que, do mesmo modo, torna-se virtualmente órfã, entregue à própria sorte, nas mãos de um “idiota”.

1

GEORG BÜCHNER: CIÊNCIA, POLÍTICA E LITERATURA

Georg Büchner nasceu na cidade de Goddelau, no Grão-Ducado de Hesse, em 17 de outubro de 1813, no segundo dia da Batalha de Leipzig, que marcou o fim da dominação napoleônica na Alemanha. Morreu em 19 de fevereiro de 1837, antes de completar 24 anos. A brevidade da vida não impediu o legado de uma obra marcada pela variedade e abrangência de interesses: militou na esquerda clandestina, traduziu Victor Hugo, escreveu dois dramas, uma comédia e um conto, formou-se em medicina e tornou-se professor de anatomia comparada e de filosofia.

Não se pode falar, no caso de Büchner, em clara filiação literária, embora haja, em sua obra, grande afinidade com aquele movimento que sacudira a literatura alemã no final do século XVIII, o *Sturm und Drang*, responsável, no teatro, pela ruptura com as convenções herdadas da tragédia clássica francesa.

É provável que os estudos primários de Büchner se tenham realizado em casa, sob os cuidados da mãe, e que em seguida ele tenha frequentado o instituto educacional do teólogo Carl Weitershausen. Em março de 1825, Büchner inicia os estudos secundários no “Grossherzogliches Gymnasium” de Darmstadt, que oferecia formação clássica e humanista (quarenta por cento das aulas eram dedicadas ao ensino de grego e latim). Em 1831, ingressa na Faculdade de Medicina da Universidade de Estrasburgo, na França. Dois anos depois, matricula-se no curso da Universidade de Giessen, em virtude de exigência legal para o exercício da profissão na Alemanha. Depois de

ter experimentado o ambiente cosmopolita e liberal de Estrasburgo, Büchner ressentia-se do conservadorismo político, do atraso social e da provinciana vida acadêmica na pequena cidade alemã. Em carta ao amigo August Stöber, ele revela seu isolamento e a saudade de Estrasburgo:

Podes decidir se a razão de minha infelicidade reside na lembrança de dois anos felizes e na saudade de tudo aquilo que pude fazer então, ou se ela deriva da situação adversa em que agora me encontro. [...] Às vezes, sinto enorme saudade das montanhas daí. Aqui, tudo é estreito e pequeno. A natureza e as pessoas, as relações, mesmo as mais superficiais, não me interessam minimamente [...] A situação política deixa-me furioso. O povo pobre arrasta pacientemente as carroças sobre as quais os nobres e os liberais encenam sua comédia de símios. Rezo todas as noites, pedindo por cordas nos postes.¹

A observação desse estado de coisas, no entanto, não se reduz ao desalento manifestado na correspondência. Büchner se entrega à tarefa de estudar os mecanismos geradores de exclusão social e inicia atividade política. Em Darmstadt e em Giessen, funda uma seção da Sociedade dos Direitos do Homem, grupo clandestino de cunho revolucionário. Em 1834, escreve com Friedrich-Ludwig Weidig, veterano agitador político, um panfleto intitulado *O mensageiro de Hesse*² que começa com a palavra de ordem "Paz aos casebres! Guerra aos palácios!"³ Nesse mesmo ano, escapa por um triz das mãos da polícia e se refugia no abrigo relativamente seguro da casa paterna, em Darmstadt. Além dos estudos de anatomia, exigidos pelo pai, lê Spinoza, Rousseau e inúmeras obras sobre a Revolução Francesa. Em janeiro e fevereiro de 1835, redige *A morte de Danton* [*Dantons Tod*], seu primeiro drama. Convocado a depor sobre as atividades da Sociedade dos Direitos do Homem, Büchner foge em março para Estrasburgo, ciente das consequências físicas e morais da prisão iminente:

¹ Carta a August Stöber, de 9 de dezembro de 1833. Cf. GB, vol. II, pp. 375-77.

² *Der Hessische Landbote*.

³ "Friede den Hütten! Krieg den Palästen!" (GB, vol. II, p. 53).

Somente motivos de máxima urgência poderiam me obrigar a deixar a pátria e a casa paterna do modo como o fiz. [...] Eu poderia me apresentar à nossa inquisição política; do resultado de uma investigação, não teria nada a temer, mas tudo da investigação ela mesma.⁴

De fato, diversos companheiros de luta foram detidos pouco tempo depois e sofreram a tortura e a morte nos cárceres do grão-ducado.

O fracasso da ação política compreendida em Hesse torna-o cético quanto às possibilidades da luta revolucionária naquele momento. Em carta dirigida ao irmão Wilhelm, o jovem exilado não vislumbra nenhuma possibilidade de uma reviravolta política imediata: "Há meio ano, estou absolutamente convencido de que não há nada a fazer e de que aquele que neste momento se sacrifica traz, como um louco, a própria pele ao mercado."⁵ Büchner passa a integrar aquela geração órfã da Revolução Francesa, saudosa de um passado que não conheceu e com os olhos postos num futuro ainda distante. Alfred Musset, seu contemporâneo, observa que "tudo o que foi, já não é mais; tudo o que será, não é ainda"⁶ e, resignado, atesta que "o insensato quer conquistar o céu; o sábio o admira, ajoelha-se e não o deseja." Desesperançado da revolução, Büchner encontra um último bastião de resistência à exploração na atitude de profundo respeito e compaixão que dedica ao povo oprimido. Em sua obra, procura resgatar o homem pobre do limbo a que a sociedade e a literatura o relegam: "É preciso amar a humanidade para penetrar na essência própria de todas as criaturas. Nenhuma delas deve ser tomada por muito inferior ou por demasiado feia. Só então podemos compreendê-las."⁷

Exilado em Estrasburgo, Büchner reinicia o curso de medicina e, para incrementar seus poucos recursos financeiros, traduz *Lucrecia*

⁴ Carta à família, de Weissenburg, em 9 de março de 1835. Cf. GB, vol. II, p. 396.

⁵ Carta a Wilhelm Büchner, de Estrasburgo, em abril/julho de 1835. Cf. GB, vol. II, p. 402.

⁶ Musset, Alfred. *La Confession d'un Enfant du Siècle*. Paris: Flammarion, s/d., p. 21.

⁷ Fala do protagonista de *Lenz*, num discurso programático, em que critica duramente a aristocracia e o idealismo. Cf. GB, vol. II, p. 235.

Bórgia e *Maria Tudor*, de Victor Hugo. Na primavera de 1836, toma conhecimento de um concurso promovido pela editora Cotta, com premiação para a melhor comédia, e escreve *Leonce e Lena*. Porém, ocupado com a redação de sua tese de doutorado, envia o texto com atraso de dois dias e é excluído do certame.

A gênese de Woyzeck

Em fins de junho ou, no mais tardar, ao encerrar-se o verão de 1836,⁸ Büchner começa a escrever sua última peça, em torno da figura de um assassino condenado à morte pela justiça de Leipzig e executado em 1824. Trata-se de Johann Christian Woyzeck, um ex-soldado que mergulhara na miséria. Woyzeck perdera os pais ainda criança, e na adolescência tornara-se aprendiz de um fabricante de perucas. Não se firmou no ofício e, dos dezoito aos vinte e cinco anos, vagou pela Alemanha, sem domicílio fixo ou trabalho estável. Para sobreviver, alistou-se em seguida no exército, que na época constituía uma das poucas alternativas à miséria e à fome. Incorporando-se primeiramente às forças holandesas, viria depois a servir nos exércitos suco e prussiano. Seus doze anos de caserna foram marcados por diversos incidentes disciplinares que lhe custaram detenções e, por fim, uma desonrosa dispensa. Em dezembro de 1818, ele retorna a Leipzig, sua cidade natal. Na pensão onde se aloja, conhece a viúva Johanna Christiane Woost, com quem estabelece uma relação tumultuada, marcada por cenas de ciúme. Woyzeck não tolera a promiscuidade da amante, que não se abstinha da companhia de outros homens, notadamente os soldados da guarda municipal. O desemprego prolongado faz de Woyzeck um indigente, obrigando-o a deixar a pensão e a dormir no campo, ao relento, voltando por vezes à cidade em busca de esmola e um pouco de comida. No início de 1821, Woyzeck é condenado a uma semana de prisão por maus

⁸ Há divergências quanto à datação do início do trabalho de escritura de Woyzeck. A estimativa do período acima citado é de Henri Poschmann. Cf. BÜCHNER, Georg. *Woyzeck*. Editado e comentado por Henri Poschmann. Frankfurt am Main; Leipzig: Insel, 1984, p. 128.

tratos infligidos à viúva. Na manhã de 21 de junho, ela falta a um encontro marcado com o amante enciumado para sair com um soldado. No fim da tarde, Woyzeck encontra-a na rua e a acompanha até a porta de casa. Ali, após um início de discussão, apunhala-a no peito e foge, sendo detido logo depois.

Iniciado o processo criminal, a defesa pede que o réu seja submetido a uma perícia médica a fim de se estabelecer o grau de sua imputabilidade penal. Diversas testemunhas atestavam que o ex-soldado se apresentava constantemente “ensimesmado”, acometido por delírios paranoides e por alucinações visuais e auditivas. O laudo pericial, realizado por Johann Christian August Clarus, médico experiente e conceituado, conclui pela responsabilidade do réu. Em virtude de novas evidências de distúrbios mentais que a defesa apresenta ao tribunal, Clarus é chamado para um segundo exame, desta vez mais detalhado. O perito conclui mais uma vez pela responsabilidade de Woyzeck, que, “ao longo de uma vida inconstante, desordenada, irrefletida e ociosa, caiu mais e mais na degradação moral e, finalmente, imerso no tumulto tenebroso das paixões desenfreadas, desfruiu uma vida humana.”⁹ Clarus recusa-se a enxergar no desemprego e na miséria de Woyzeck as consequências da situação econômica adversa, preferindo atribuí-los à imprudência e ao desvio da norma social constituída. Em sua opinião, a execução de Woyzeck deveria servir de exemplo e advertência.

Woyzeck foi decapitado em 27 de agosto de 1824, na primeira execução pública em Leipzig depois de três décadas, acompanhada por uma multidão de cinco mil pessoas.¹⁰

O segundo e extenso laudo pericial de Clarus foi publicado, nesse mesmo mês, na *Zeitschrift für Staatsarzneikunde* [*Revista de Medicina Legal*], da qual o pai de Büchner era assinante e colaborador. O jovem estudante de medicina deve tê-lo lido em exemplar da biblioteca paterna, naquele curto período em que se encontrava em Darmstadt, após a fuga de Giessen. Büchner dispôs ainda de dois outros documentos análogos, também publicados em periódicos médicos. Um deles refere-se ao caso Daniel Schmolling, que esfa-

⁹ J.C.A. Clarus, *apud* GB, vol. I, p. 939.

¹⁰ Cf. GB, vol. I, p. 714.

queou a jovem Henriette Lehre, em 1817, em Berlim. Condenado à morte, Schmolling teve a pena comutada para a prisão perpétua. O outro relato trata do caso Johann Diess, que esfaqueou sua companheira, Elisabetha Reuter, nas proximidades de Darmstadt, sendo condenado a dezoito anos de prisão. É ainda possível que, em Estrasburgo, Büchner tenha tido conhecimento do crime de Pierre Rivière, o camponês que em 1835 matou a mãe, a irmã e o irmão, na comuna de Aunay. Parte de um memorial redigido por Rivière foi publicada nos *Annales d'Hygiène Publique et de Médecine Légale*, de 1836, que serviram de base para o livro de Michel Foucault, de 1973.¹¹

A despeito da fonte histórica, tirada dos anais da medicina legal, *Woyzeck* não constitui mero registro documental, uma vez que Büchner lhe dá tratamento literário por meio de diversas alterações que incluem a fusão de elementos dos diferentes casos, supressões, acréscimos de ordem ficcional, alusões literárias etc. Figura absolutamente central no drama, *Woyzeck* se torna o primeiro protagonista proletário do teatro alemão.

A edição de Franzos

Ao morrer, vítima de uma epidemia de tifo em Zúrique, Büchner deixava inacabada a sua última peça. Seu irmão, Ludwig, que publicou parte de sua obra em 1850, deixou de incluí-la nessa edição por considerar os manuscritos ilegíveis.¹² Não obstante, vinte e cinco

¹¹ FOUCAULT, Michel. *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão*. Tradução de Denise Lezan de Almeida. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

¹² As dificuldades de leitura do texto dizem respeito também a seu caráter de afronta aos padrões estéticos vigentes no século XIX. Segundo Poschmann, “a ‘ilegibilidade’ do texto foi até certo ponto apenas a expressão de seu caráter inusual e de sua linguagem não literária.” (GB, vol. I, p. 733). Ludwig Büchner, irmão do autor e guardião de seu espólio literário, mesmo tendo entregue os manuscritos de *Woyzeck* a seu primeiro editor, impôs condições para sua publicação. A Franzos, sugeriu uma estratégia editorial singular: “O senhor decifrou os pequenos garranchos. Quem terá vontade de conferir se o senhor por toda a parte leu corretamente? E mesmo assim... Deixe uma frase de fora; o senhor ainda pode alegar que não chegou a decifrá-la!” (L. Büchner, *apud* GB, vol. I, p. 734).

anos mais tarde, ele envia esse material ao jovem escritor Karl Emil Franzos que, com o auxílio de um preparado químico, faz realçar a tinta esmaecida do manuscrito. Franzos mal pôde acreditar no resultado de seu experimento. A substância “revelou-se eficiente, os pequenos garranchos apagados ressurgiram em pouco tempo, negros como o carvão, até mesmo nos espaços em que a olho nu já não se percebia qualquer vestígio de escrita.”¹³ Suas dificuldades, entretanto, não se haviam esgotado. A caligrafia de Büchner era caracterizada por letras minúsculas e redigidas de modo apressado, observando-se ainda o uso frequente de abreviações. Franzos comentou na época que “os hieróglifos de Alexander von Humboldt” eram “um exemplo de caligrafia”, comparados com os diminutos traços de Büchner.¹⁴ A partir do material resgatado, Franzos introduziu uma série de modificações no texto, de modo a suprimir passagens consideradas indecentes e a lhe conferir uma forma mais próxima da estrutura de um drama clássico. Publicou parte desse trabalho em novembro de 1875 no diário vienense *Neue Freie Presse*, e em 1878 apresentou-o integralmente no semanário *Mehr Licht!* de Berlim. O título que lhe conferiu – *Woyzeck* – deveu-se a um erro de leitura, corrigido por Hugo Bieber¹⁵ em 1914, ao identificar o laudo pericial de Clarus como uma das fontes primárias do drama de Büchner. Witkowski acatou a emenda, ao editar a obra em 1920.¹⁶ Com todos os problemas de infidelidade ao texto, seja pela dificuldade de decifração, seja pela intervenção intencional com base em juízos de ordem moral e estética, a edição de Franzos teve o mérito de resgatar a obra do completo esquecimento. Nos anos que se seguiram à sua publicação, *Woyzeck* seria descoberto por Gerhart Hauptmann e Frank Wedekind, tornando-se desde então peça-chave para a literatura e o teatro modernos. Arthur Schnitzler e Hugo von Hofmannsthal, passando por

¹³ K.E. Franzos *apud* GOLTSCHNIGG, Dietmar (editor). *Büchner und die Moderne*. Berlin: Erich Schmidt, 2001, p. 96.

¹⁴ *Id.*, *ibid.*, p. 95.

¹⁵ Cf. GB, vol. I, p. 696.

¹⁶ A obra foi publicada pela editora Insel. A retificação do nome do protagonista impôs-se paulatinamente, sendo adotada pelas principais edições subsequentes. Alban Berg, não obstante, ateu-se à grafia “Wozzeck” em sua ópera, que estreou em 1923.

Rilke e Brecht, até Thornton Wilder e Heiner Müller, todos pagam tributo ao fragmento que antecipou a obra dos naturalistas e da modernidade no século XX. A ópera *Woyzeck*, de Alban Berg, o filme de Werner Herzog, com Klaus Kinski no papel principal, e montagens criativas para o palco, como as de Friedrich Dürrenmatt¹⁷ e de Bob Wilson, atestam as inúmeras possibilidades de leitura e desenvolvimento da peça inacabada de Büchner.

2

BURGUESIA E PROLETARIADO NA ALEMANHA DA RESTAURAÇÃO

A ordem restaurativa

A história da moderna Alemanha começa a se delinear na primeira metade do século XIX, iniciando-se pela derrocada dos exércitos de Napoleão e pelos primeiros passos na constituição de um Estado nacional. Com a expulsão das tropas francesas, o mapa político alemão passou a se organizar em torno da reabilitação do *ancien régime*. A nobreza uniu-se então para reafirmar os privilégios perdidos ou ameaçados pela revolução de 1789, que as conquistas napoleônicas cuidaram de expandir no continente. O Congresso de Viena (01/11/1814 a 09/06/1815) selou um pacto no intuito de garantir a restauração da ordem pré-revolucionária, o que incluiu uma série de medidas legais destinadas a frear os avanços da burguesia liberal e do proletariado emergente. Ao fim do Congresso, promulgou-se a lei que fundava uma federação alemã, destinada a promover a “segurança e a intocabilidade” dos 39 Estados que a integravam. Os princípios de soberania que a constituíam diziam respeito não apenas à política externa, mas igualmente à ordem interna, constantemente ameaçada por movimentos de revolta. Atribuiu-se a cada um dos entes federados a autoridade necessária para criar sua própria constituição, impedindo-se, contudo, a inclusão da garantia legal de direitos civis e de participação política reclamados pela burguesia. O aparato jurídico gestado pela nobreza consolidava a centralização do poder, o chamado “princípio monárquico”, nas mãos de um sobera-

¹⁷ A adaptação de Dürrenmatt mantém o texto original na íntegra, limitando-se a fazer acréscimos às rubricas deixadas por Büchner. Cf. DÜRRENMATT, Friedrich. *Goethes Urfaust*; Büchners Woyzeck: Bearbeitungen. Zürich: Diogenes, 1998.

no. Aos parlamentos distritais acediam somente os nobres e uma pequena fração da burguesia e do campesinato com patrimônio imobiliário. Para a crescente classe média cidadina, as possibilidades de articulação política reduziam-se ao ambiente mais livre das universidades e ao círculo das profissões liberais, como o dos médicos e advogados. O restante da população permanecia excluído do processo: “Camponeses, artesãos e operários não [puderam] ser contados entre as forças motrizes da sociedade, enquanto o agravamento de sua situação tenha desencadeado o movimento social que a revolução burguesa de 1848 ao mesmo tempo patrocinou e paralisou.”¹

O espaço de manobra política da burguesia viria a se restringir ainda mais a partir dos Decretos de Karlsbad [*Karlsbader Beschlüsse*], de 1819, que, entre outras medidas, estabelecia a intervenção governamental na universidade e a imposição da censura à imprensa. Em 20 de setembro daquele ano, criou-se a Comissão de Investigação Central (*Central-Untersuchungs-Kommission*), encarregada de coordenar a vigilância sobre a atividade revolucionária.

Não obstante os instrumentos repressivos adotados, a luta de liberação da burguesia ganhou novo impulso com a revolução de julho de 1830 na França, onde caiu o “princípio monárquico” e se conquistou uma constituição que limitava o poder real. Alarmados com os acontecimentos no país vizinho, os governos federados adotaram medidas ainda mais drásticas, de modo a impedir que a pressão popular encontrasse um canal de expressão na revolta organizada. Em 5 de junho de 1832, editaram-se medidas legais que proscriviam “todas as associações com objetivos políticos” e renovaram-se as disposições sobre o controle social. Até meados da década de trinta, insauriam-se os principais dispositivos legais destinados ao amordamentamento dos movimentos de contestação ao regime. Em 1834, promulgaram-se leis que visavam, entre outras coisas, coibir a agitação nas universidades, procurando-se interferir diretamente na seleção dos futuros funcionários do Estado:

1 BLASIUS, Dirk, “Epoche – sozialgeschichtlicher Abriss”. In: GRASER, Horst Albert (org.) *Deutsche Literatur: eine Sozialgeschichte*. Vol. 6. Hamburg: Rowohlt Taschenbuch, 1987, p. 17.

Aquele que tenha estudado numa universidade e deseje ingressar no serviço público está obrigado, ao sair da instituição, a apresentar um atestado das aulas que frequentou, de seu empenho e conduta. A ninguém, sem o provimento desse atestado, será permitida a participação em exames num Estado federado e, portanto, ser-lhe-á negada a incorporação ao serviço público... Esse atestado diz respeito, sobretudo, à questão do envolvimento em associações proibidas.²

A burguesia

Na cidade, depois de prosperar na manufatura e no comércio, a burguesia passava a capitanear a incipiente indústria alemã e a ocupar postos estratégicos na burocracia estatal. Mesmo antes de sua definitiva ascensão ao poder político, com a revolução de 1848, a burguesia alemã já tinha clara consciência de seu papel hegemônico: “Esse convencimento de uma missão histórica da crescente burguesia promoveu a formação de uma identidade burguesa comum, cujo progresso triunfante era tido como irrefreável.”³ No plano ideológico, a defesa de seus interesses ficou a cargo de uma pequena mas articulada fração ilustrada, constituída por alguns milhares de funcionários públicos e membros de corporações: professores na universidade e no ginásio, religiosos, advogados, médicos, jornalistas e arquitetos, que exerciam considerável influência na sociedade, a partir da administração pública e de inúmeras associações. A organização burocrática burguesa tornou-se aos poucos o núcleo do Estado, e o conhecimento médico, técnico ou jurídico configuraram importante fonte de prestígio e de dinheiro, além de propiciarem ascendência política sobre uma clientela dependente de seus serviços profissionais. Foi essa elite que dominou os periódicos e os jornais, a literatura e a ciência, em consórcio com a academia e as associações de classe.⁴

A incorporação da burguesia egressa da universidade nos quadros da burocracia estatal correspondeu, nas primeiras décadas do século

2 *Apud* BLASIUS, Dirk, *op. cit.*, pp. 21-22.

3 WEHLER, Hans-Ulrich. *Deutsche Gesellschaftsgeschichte*. Vol. II. München: Beck, 1996, p. 241.

4 *Cf. id., ibid.*, p. 212.

XIX, aos reclamos de uma conjuntura econômica desfavorável. O fim das guerras contra o domínio napoleônico deu-se em meio a uma situação de recessão e desemprego, de modo que uma ocupação no serviço público exercia “atração magnética” sobre o jovem diplomado. “Um cargo estável na burocracia da Justiça ou da administração prometia uma renda relativamente alta, segurança, prestígio e possibilidades de poder.”⁵ A conquista de uma colocação nessa burocracia auspiciosa mas seletiva transformou-se em obsessão para os filhos da burguesia em busca de alternativas no quadro da recessão econômica:

Mesmo o jurista que não almejasse a burocracia jurídica ou administrativa queria tornar-se comissário de justiça (promotor de justiça). O médico diplomado ambicionava o cargo de médico distrital ou de médico do exército; o arquiteto desejava o posto oficial de diretor de construções. Quem podia, mesmo em idade mais madura, trocava a profissão autônoma por um cargo público.⁶

No âmbito das estratégias desenvolvidas para a ascensão social, o casamento desempenhava papel decisivo. A escolha do cônjuge envolvia uma série de questões sociais e econômicas a serem consideradas, de modo a se obter um máximo de vantagens sem que se transgredissem certas regras de decoro. Por um lado, alguns consideravam constrangedor o casamento com um membro da aristocracia, por denotar arrivismo. Por outro, desposar alguém considerado inferior era mal visto e podia atrair a condenação social. O casamento com um acadêmico era aceitável, quando não desejável, sempre que se tratasse de um alto funcionário.⁷

Em seu conjunto, as relações familiares e de amizade pressupunham os mesmos quesitos. À semelhança da decisão sobre o cônjuge, escolhiam-se “com o mesmo cálculo frio os padrinhos de casamento e batismo, as amizades das crianças, os convidados da casa, de modo que em torno do núcleo familiar mais íntimo gravitava o círculo mais amplo de uma clientela.”⁸ A Igreja, notadamente a protestante, acolhia

⁵ WEHLER, Hans-Ulrich, *op. cit.*, p. 215.

⁶ *Id.*, *ibid.*, p. 224.

⁷ Cf. WEHLER, Hans-Ulrich, *op. cit.*, p. 193.

⁸ *Id.*, *ibid.*, p. 192.

e estimulava a atividade empreendedora e a acumulação de capital. Três quartos do empresariado alemão eram formados por protestantes, cuja maioria se fazia presente mesmo nos territórios de população majoritariamente católica.⁹ A ideia do trabalho como ordenação divina e de sua recompensa na forma da acumulação de bens constituiu um estímulo considerável no desenvolvimento do nascente capitalismo industrial. Em 1836, dizia o teólogo Karl J. Nitzsch: “Tudo é Igreja e comércio, missão e estrada de ferro, Bíblia e máquina a vapor.”¹⁰

Nas guerras para expulsar o invasor francês, o oficialato dos exércitos alemães passara a contar com expressiva parcela de burgueses. Até então, ele fora um segmento exclusivo, composto de nobres, especialmente os filhos da aristocracia empobrecida. Na época da Restauração, contudo, a nobreza freou o ingresso de burgueses e garantiu para si a ocupação de dois terços dos postos.¹¹ E, mais do que contar com a predominância numérica, a aristocracia ditava as normas de conduta e inibia a formação profissional de seus quadros em benefício de um código moral em que as noções de honra e de classe tinham a primazia. Na Prússia, o controle ideológico era exercido por meio “do ensinamento político, da observação e avaliação dos novatos pelos velhos comandantes.”¹² Os cassinos de oficiais, criados em 1816, tornaram-se o lugar privilegiado para o exercício desse controle. Nos regimentos, os oficiais observavam detidamente o comportamento dos alferes e decidiam se um novato era digno de integrar seu círculo. “Um código de honra tradicional e neofeudal regulava o comportamento.”¹³

O proletariado¹⁴

Enquanto os segmentos mais progressistas da burguesia buscavam formas de vencer os empecilhos à sua participação política, no

⁹ Cf. *id.*, *ibid.*, p. 195.

¹⁰ Cit. por *id.*, *ibid.*, p. 196.

¹¹ Cf. *id.*, *ibid.*, p. 390.

¹² *Id.*, *ibid.*, p. 391.

¹³ *Id.*, *ibid.*, p. 391.

¹⁴ O termo *proletário* já era de uso corrente no período aqui estudado, denomi-

campo, ainda que de modo desorganizado, a revolta popular era uma possibilidade constante. O direito feudal impunha pesada taxaço pelo uso da terra e de seus recursos, e as técnicas de cultivo eram ainda muito rudimentares, pela falta do dinheiro necessário à aquisição de insumos e à manutenção dos animais. Uma queda na safra, motivada por fenômenos climáticos desfavoráveis, significava a miséria de populações inteiras. E o desastre no campo impunha sacrifícios também à economia das cidades. As guerras sob o jugo de Napoleão foram em grande medida causa da má situação econômica. De 1812 a 1815, elas trouxeram grandes prejuízos à produção e ao comércio. Além disso, os camponeses endividavam-se para pagar os tributos, que cresciam ano a ano. Nos anos de 1816 e 1817, sucederam-se duas safras desastrosas, sobreindo a fome para uma parcela ponderável da população. Em Odenwald, na região de Hesse, houve distúrbios em 1817 e 1818, em virtude da carestia.¹⁵ Efeito paradoxal na economia foi exercido pelas boas colheitas nos anos seguintes: a alta produção fez cair os preços dos produtos agrícolas e provocou a ruína dos agricultores. Na cidade, o setor manufatureiro padecia igualmente com a crise no campo, pois dependia da demanda rural pelos bens que produzia. Os rendimentos no setor estagnaram sem que houvesse uma redução no custo de vida.¹⁶

A alimentação constituía o elemento primordial na luta pela sobrevivência das camadas populares, e as possibilidades de sua produção ou aquisição definiram em determinados momentos a situação política no período:

nando o trabalhador pobre: "Um outro conceito da época foi o de proletariado. Em lugar da 'plebe' da sociedade de vínculo estamental, o conceito de proletariado relacionava-se à massa dos trabalhadores desempregados ou mal pagos; nele conotava-se a preocupação de que essas massas de trabalhadores poderiam tornar-se, em fases críticas, uma ameaça à sociedade burguesa" (KELLENBENZ, Hermann. *Deutsche Wirtschaftsgeschichte*. Vol. II. München: Beck, 1981, p. 44).

Por se associar à revolta, a burguesia atribuía-lhe caráter pejorativo: "[...] o termo 'proletariado', que passou a ser de uso corrente nos idos de 1830 e 1840, em referência ao crescente número de pobres, foi por muito tempo considerado pelos trabalhadores um termo ofensivo" (SAGARA, Eda. *A Social History of Germany: 1648-1914*. London: Methuen, 1977, p. 367).

¹⁵ Cf. HAUSSCHILD, Jan Christoph. *op. cit.*, p. 87.

¹⁶ Cf. *id.*, *ibid.*, p. 67.

A crise de fome de 1846/1847, desencadeada pela súbita elevação nos preços do centeio e da batata, pertence com razão à história prévia da Revolução de 1848; ela cortou drasticamente as chances de sobrevivência de amplos segmentos da população e criou um clima em que o desespero se mesclava à esperança social.¹⁷

A base da dieta da maior parte da população era a batata. De acordo com Hausschild, os grandes proprietários de Hesse usavam-na no fabrico de aguardente, e os pequenos, como ração para os animais. Os pobres utilizavam-na até mesmo no preparo do pão, e os ainda mais pobres, aqueles que não possuíam um pedaço de terra para cultivar, tinham enorme dificuldade para adquiri-la.¹⁸

Popularizou-se nos anos de 1830 o termo "pauperismo", tomado ao francês e ao inglês e que gozou de largo emprego na imprensa e nos meios oficiais. A ele se associava a representação de uma miséria sem precedentes, "do proletariado urbano e campestre, da radicalização política, de 'tendências comunistas' que prosperavam, do crescente temor de que tudo isso desembocaria numa revolução em solo alemão, caso uma política estatal reformista não se implementasse e abrisse novas oportunidades econômicas."¹⁹

À ruínosa condição de vida de ampla parcela da população, a nobreza e a burguesia associavam o espectro da Bastilha. Desde a Revolução Francesa, mudara a percepção das causas da pobreza, de modo que a elite alemã se havia sensibilizado "até os limites do pavor diante de novas erupções."²⁰ Convivia-se há séculos com uma pobreza cuja causa primeira era a determinação divina. A perspectiva de que doravante os pobres, no campo e na cidade, se tornassem os protagonistas de um levante bem sucedido impunha-se desde a revolução de 1789. "Essa experiência manteve-se vívida também para os vigilantes contemporâneos da era da Restauração, e depois de um curto lapso de tempo a Revolução de 1830 renovou os traumáticos temores."²¹ Segundo Hobsbawm, "entre 1815 e 1848, nenhum obser-

¹⁷ BLASIUS, Dirk, *op. cit.*, p. 27.

¹⁸ Cf. HAUSSCHILD, Jan Christoph, *op. cit.*, p. 87.

¹⁹ WEHLER, Hans-Ulrich, *op. cit.*, p. 281.

²⁰ *Id.*, *ibid.*, p. 282.

²¹ *Id.*, *ibid.*, p. 282.

vador consciente podia negar que a situação dos trabalhadores pobres era assustadora." A gravidade era tal que "a rebelião era não somente possível mas virtualmente compulsória."²²

O verbete "Pauperismus" da *Real-Enzyklopädie für die gebildeten Stände*, de 1846, sintetiza o problema do ponto de vista da elite acuada:

Pauperismus é expressão recém-criada para um fenômeno altamente significativo e funesto que se buscou traduzir, em alemão, como "indigência em massa" [Massenarmut] ou "pobreza" [Armentum]. Não se trata da pobreza natural [natürliche Armut] [...]. O pauperismo existe ali onde uma classe popular numerosa, por meio do trabalho mais esforçado, pode no máximo obter o mínimo indispensável à sobrevivência, sem nem mesmo disso se assegurar. Via de regra, já a partir do nascimento e durante toda a vida, ela se sacrifica nessa situação, ignorando qualquer perspectiva de melhoria, afunda-se cada vez mais na estupidéz e na brutalidade, entrega um contingente sempre crescente de recrutas às epidemias, à peste do álcool, a vícios bestiais de toda sorte, aos abrigos de miseráveis, às casas correcionais e de trabalho. E além disso, reproduz-se e cresce com rapidez prodigiosa.²³

Do ponto de vista do Estado, a situação era mais do que alarmante. O profundo temor suscitado pela crise advinha da visão quase apocalíptica de que se tratava de um mal irremediável, diante do qual o fracasso de todas as medidas paliativas levava mais à apatia do que à busca de resolução:

O futuro permanecia nebuloso, a perplexidade era grande, o temor diante das consequências imprevisíveis do pauperismo crescia continuamente. Crescia em praticamente todos os lugares, pois o pauperismo, ele mesmo, parecia estar em toda parte.²⁴

²² HOBBSBAWM, Eric J. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 285.

²³ APUD WEHLER, Hans-Ulrich, *op. cit.*, p. 283.

²⁴ WEHLER, Hans-Ulrich, *op. cit.*, p. 287.

A crise chegou ao auge no fim dos anos 1840, numa fase em que entrava em colapso a estrutura existente de auxílio e amparo, uma vez que a demanda extrapolara as possibilidades de atendimento. No fim da década, uma crise agrária e industrial ocasionou a falência de uma rede de assistência pública que envolvia organismos comunitais e estatais, além de entidades filantrópicas patrocinadas pela Igreja ou por fundos privados. Nenhum território alemão encontrava-se a salvo da penúria vigente. Certas regiões, contudo, sentiram de modo particularmente agudo esse processo de verdadeiro aniquilamento social. Entre outros, os bairros pobres das cidades em geral, o sudoeste, partes do oeste e do noroeste da Alemanha, a Prússia oriental, parte da Silésia e Hesse testemunharam o pior da crise. Calcula-se que na Prússia, de 50 a 60% da população se encontrava, em 1846, à beira da fome.²⁵ O liberalismo, do qual a Prússia era o grande baluarte na Alemanha, contribuiu para o agravamento da situação, de modo que quanto mais se agravava a questão social, tanto mais unilateral se tornava a ação do Estado em favor do empresariado, "se não de forma programática, de fato em seus efeitos, uma vez que um smithianismo dogmático derivava numa apatia que apoiava uma autorresolução do problema em lugar do auxílio público."²⁶ O pauperismo na Prússia chegou a um estado tão grave porque o Estado, fiel a seus princípios liberais e preso a disposições legais, absteve-se de intervir na crise por meio de políticas públicas que pudessem ao menos atenuar seus efeitos.

Os números que indicam *grosso modo* a distribuição da riqueza já revelam a origem de tanta apreensão quanto ao futuro do Estado e da conformação econômica e social da Alemanha da Restauração. Os extratos sociais superiores compunham de 1 a 6% da população, dependendo da região; eles, no entanto, concentravam de dois terços a três quartos de toda a renda privada nas cidades. A média e a pequena burguesia representavam de 10 a 25%, até um máximo de um terço da população; as camadas inferiores abrangiam sempre pelo menos 70%, podendo chegar a 90%.²⁷ Desses segmentos inferiores,

²⁵ *Id.*, *ibid.*, p. 288.

²⁶ *Id.*, *ibid.*, p. 293.

²⁷ *Cf. id.*, *ibid.*, p. 178.

mais da metade encontrava-se abaixo da linha de pobreza, sobrevivendo à custa de algum auxílio público, quando existente, e de esmolas. Em Colônia, mais de 30% da população recebia alguma ajuda da filantrópica, enquanto outros 40% viviam à beira da fome.²⁸ Em geral, predominava a regra de que o pobre vivia nas fimbrias da existência. Sobrava-lhe como último recurso o auxílio das instituições de caridade que, sobrecarregadas, não podiam atender a todos. “A isso agregavam-se as indescrevíveis condições de moradia, a sujeira, os odores fétidos, a eterna doença nas vielas pobres – uma vida miserável para centenas de milhares.”²⁹

A doença e a morte caracterizaram essa época em que “não se morria porque a vida já estava repleta de anos, mas porque os anos haviam-na consumido antes que se pudesse ingressar na velhice.”³⁰ Na Prússia, entre 1823 e 1837, metade da população morria antes dos 14 anos. Quase um quarto morria antes de completar um ano de vida. Entre as principais causas da elevada mortalidade encontravam-se a carência alimentar, a falta de vestimentas e a habitação insalubre.³¹ O acesso ao tratamento médico era difícil, senão impossível:

O doente era muitas vezes abandonado à sua própria sorte. Este era, particularmente, o caso nas áreas rurais. Na Prússia, havia, para uma população de aproximadamente 15 milhões de pessoas, 5.306 médicos que se concentravam majoritariamente nas cidades.³²

À pobreza extrema e à ausência dos serviços de saúde somavam-se surtos epidêmicos, responsáveis por grande mortandade. A epidemia de cólera de 1830 e 1831 foi a causa de 7% dos óbitos em território prussiano.³³ Os doentes, desassistidos, sofriam terrivelmente, e a população desesperançada, vendo-se na contingência de não ter mais o que perder, dispunha-se à revolta. Para a insatisfação popular, contribuíam também as medidas sanitárias tomadas pelas autoridades

²⁸ Cf. *id.*, *ibid.*, p. 280.

²⁹ WEHLER, Hans-Ulrich, *op. cit.*, p. 280.

³⁰ BLASIUS, Dirk, *op. cit.*, p. 28.

³¹ Cf. *id.*, *ibid.*, p. 28.

³² *Id.*, *ibid.*, p. 28.

³³ Cf. *id.*, *ibid.*, p. 29.

des, que chegavam a impor a retirada forçada dos doentes de suas casas para a reclusão em sanatórios. Em Königsberg uma família foi proibida de enterrar um carpinteiro vitimado pela cólera:

Essa “ofensa ao sentimento religioso” desatou uma reação em cadeia. “Mulheres, aprendizes, homens e crianças das camadas mais baixas da população ajuntaram-se em massa”, segundo o Tribunal Regional Superior de Königsberg. Eles se dirigiram aos edifícios da polícia e do tribunal. A marcha de protesto transformou-se em “revolta plena”, à qual as autoridades inutilmente tentaram opor-se. Iniciou-se pela “completa demolição” dos escritórios da polícia e da residência de seu presidente. Todo o arquivo da polícia, armários, cadeiras e outros móveis foram destruídos e arremessados à rua, aos brados de “Aqui está a cólera, é preciso destruir”.³⁴

As condições de moradia favoreciam a proliferação de doenças, além de constituírem ambiente extremamente desconfortável eicante de privacidade. Numa profusão de cortiços em que os moradores se amontoavam em cômodos superlotados, a moléstia infectocontagiosa encontrava ambiente propício a seu alastramento descontrolado. Segundo Sagara, a despeito de um aumento populacional de 42,5%, entre 1827 e 1847 o número de moradias em Viena cresceu somente 11,4%.³⁵

As más condições de higiene, a superlotação e a desnutrição fizeram do tifo um matador de primeira grandeza, especialmente nos bairros pobres da capital austríaca, onde, no tempo da morte de Schubert, vitimado pela doença em 1828, o número de mortes por ano sobrepujou o de nascimentos.³⁶

Em Hamburgo contavam-se aos milhares os porões e as choças erigidas sobre casas já existentes. Os porões eram inundados com frequência pelas águas do Rio Elba, mas, tão logo vazava a enchente,

³⁴ BLASIUS, Dirk, *op. cit.*, p. 29.

³⁵ SAGARA, Eda, *op. cit.*, p. 392.

³⁶ *Id.*, *ibid.*, pp. 392-93.

seus habitantes retornavam, e, a par da precariedade da moradia, o preço do aluguel não cessou de subir no período. A elevação do custo da moradia sobrecarregava um orçamento familiar extremamente limitado, do qual 70% eram destinados aos gastos com alimentação e 25% às despesas com aluguel. Podia-se economizar somente com aquecimento, luz e roupas e, no limite, com a própria comida. "Nem se podia, em tais circunstâncias, fazer provisões para um expediente assíduo em muitas famílias: a necessidade de se buscar esquecimento na cerveja e no gim."³⁷ Com a escassez habitacional, a alternativa para o pobre era apinhar-se em cubículos cujas dimensões espantavam aquele que deles se acercasse. Na cidade de Barmen, um inspetor da comissão de desabrigados citava o exemplo de um "anexo" que "se assemelhava a um estábulo ruim, num espaço de doze pés de comprimento por sete de largura e seis de altura, com dezenove pessoas de ambos os sexos e de diferentes idades, dispostos numa cama coberta de farrapos."³⁸

As condições de trabalho eram igualmente muito difíceis para a maior parte da população, observando-se baixa remuneração e ambiente o mais das vezes insalubre. Uma legislação trabalhista que garantisse um mínimo de direitos ao trabalhador só viria a surgir em 1918. A ordenação medieval das relações trabalhistas, que mantinha os servos atados ao domínio do senhor feudal, cedia vez à exigência de um novo mercado, que pressupunha a existência de um trabalhador independente, livre para negociar sua força de trabalho. Sua liberdade, contudo, estava condicionada pelo contrato de emprego, cujas disposições fugiam a seu controle, numa economia instável, sujeita a frequentes períodos de recessão e estagnação. Ao lado da remuneração insuficiente para suprir suas necessidades mais elementares, o trabalhador da nova ordem industrial deparava uma jornada longa e extenuante, à qual não escaparam as mulheres e as crianças. O emprego da máquina no processo industrial promoveu um aumento desmedido na jornada de trabalho. A nova situação teve reflexos também na oficina artesanal e na manufatura doméstica que, diante da nova concorrência, tiveram de aumentar o número de horas

³⁷ *Id.*, *ibid.*, p. 394.

³⁸ *Apud* SAGARA, Eda. *Op. cit.*, p. 393.

dispendidas no trabalho. "A produção ininterrupta tornou-se um ideal. Assim, as pausas no trabalho e o descanso dominical foram limitados ao máximo."³⁹ Antes disso, até fins do século XVIII, as corporações de ofício haviam restringido o ritmo de produção, de modo a evitar um excesso na oferta de bens, garantindo com essa política a manutenção dos preços.

A partir dos anos 1800, com a chegada do modelo fabril e com o afluxo de populações inteiras do campo para a cidade, a luta pela sobrevivência levou o trabalhador a se submeter a condições absolutamente desumanas nas fábricas. Veja-se o relato do filho de um operário da indústria têxtil, em meados do século XIX:

... meu pai era mestre-fiandeiro em Eisenach; ele teve de trabalhar, desde o começo dos anos 50, quatorze, quinze, dezesseis horas todos dias; quatorze horas, das cinco da manhã até as sete da noite, em condições normais; dezesseis horas, das quatro da manhã às oito da noite, quando o negócio prosperava. E sem qualquer pausa, nem mesmo para o almoço. ... E eu ficava ali enquanto meu pai, apoiado numa máquina ou acorçado numa caixa, devorava com toda a pressa a comida de uma marmita, para entregá-la a mim vazia e imediatamente voltar ao trabalho.⁴⁰

O achatamento salarial obrigou as mulheres e as crianças a ingressar no trabalho da fábrica para complementar o frágil orçamento doméstico. Os menores, sobretudo, recebiam salários bastante inferiores aos percebidos pelos homens adultos.⁴¹ Seu infortúnio no ambiente de trabalho não foi menor do que o de seus pais. Em 1815, Grashof, diretor do ensino público em Aachen, no baixo Reno, constatava com pesar a situação dos menores empregados numa fábrica:

³⁹ STEMLER, Hildegard; WIEGAND, Erich. "Zur Entwicklung der Arbeitszeitgesetzgebung und der Arbeitszeit in Deutschland seit der Industrialisierung." In: Wiegand, Erich; Zapf, Wolfgang (Hrg.). *Wandel der Lebensbedingungen in Deutschland: Wohlfahrtsentwicklung seit der Industrialisierung*. Frankfurt a. M.; New York: Campus, 1982, p. 22.

⁴⁰ Cit. por STEMLER, Hildegard; WIEGAND, Erich, *op. cit.*, p. 22.

⁴¹ Segundo Wehler, o menor de idade ganhava de um sexto a um máximo de um quinto do que se pagava a um adulto (Cf. WEHLER, Hans-Ulrich, *op. cit.*, p. 254).

... Crianças de seis anos já são colocadas atrás de máquinas para ali se converterem elas mesmas em máquinas. Seis dias por semana, quando um feriado não se interpõe e abre uma exceção; sete dias, se há urgência no trabalho; e todo dia, desde muito cedo até bem tarde, o menino move sem parar, no mesmo lugar, os mesmos músculos, no desempenho da mesma tarefa.⁴²

A fábrica integrava, junto com a igreja, a escola e o exército, um corpo de instituições que promovia o enquadramento ideológico da massa proletária nas cidades. O empresariado que se utilizava da mão de obra infantil em suas fábricas não apenas obtinha um ganho extra com o baixo salário; aos olhos da elite ele contribuía para que “às crianças na fábrica, de modo especialmente efetivo, se ensinasse pontualidade, ordem, perseverança, habilidade e a moral do trabalho.”⁴³ Além disso, o emprego de mulheres e crianças trazia ao dono da fábrica a vantagem de maior submissão às condições de trabalho que a apresentada pelos homens adultos, que “tendiam a resistir contra a disciplina cruel de maneira muito mais consistente.”⁴⁴

Em 1839, proibiu-se na Prússia, por meio de lei, o trabalho de crianças menores de nove anos, em minas e fábricas. Aos menores de dezesseis anos, limitou-se a jornada diária a dez horas. Contudo, a pressão dos empresários, aliada à ausência de efetiva fiscalização pelo Estado, além da necessidade urgente de se complementar o orçamento doméstico, fez da disposição legal letra morta.⁴⁵

Repressão

Na cidade, a burguesia expressava sua indignação ao deparar a degradação dos costumes e os “vícios” das camadas baixas. A imprensa criticava o “consumo excessivo de álcool”, o casamento “sem os meios necessários para sua manutenção” e a “alta incidência de

crianças bastardas.”⁴⁶ Segundo Hobsbawm, a preocupação com o etilismo não era despropositada, pois o processo de industrialização e de brusca urbanização “disseminou uma ‘peste de embriaguez’ por toda a Europa”, ocorrendo até a década de 1840 “sistemáticas campanhas de agitação em prol da moderação, entre as classes médias e trabalhadoras, na Inglaterra, Irlanda e Alemanha.”⁴⁷

Aos mais pobres, impôs-se severa restrição ao casamento legal, exigindo-se comprovação de renda para a realização do matrimônio. Ao temor diante do potencial revolucionário representado por milhares de miseráveis, as autoridades responderam com medidas que procuravam inibir o crescimento populacional. O que se viu foi a união marital à margem da lei e um aumento vertiginoso do número de filhos ilegítimos. “A partir de algo em torno de 1 a 3% na Bavária, em Leipzig e em Frankfurt, por exemplo, no começo do século XIX, estes [nascimentos ilegítimos] aumentaram para quase 20% na era napoleônica, beirando 24% do total de nascimentos nos anos 1850 e 1860.”⁴⁸ A burguesia incomodava-se igualmente com o crescente número de mendigos:

Um viajante que por volta de 1831 rumava de Kassel para Frankfurt, passando por Marburg e Gießen, notou com desgosto: “A mendicância em Hesse não tem paralelo; um grupo de crianças maltrapilhas corria amíde ao lado do carro, gritando e choramingando por um quarto de hora, a fim de obter uma esmola”.⁴⁹

Ao se perceber que a mendigagem fugia ao controle social, passou-se a legislar sobre a questão. Em 1830, publicou-se o primeiro decreto visando à repressão “enérgica” dos pedintes nas ruas. Em outros tempos, os pobres gozaram do direito à sobrevivência, aceitando minimamente aos bens dispostos pela comunidade. A nova configuração social promovida pela Restauração trazia à cidade um enorme contingente de servos livres, cuja alforria consistia em verdade na ausência de terra e de oportunidades de trabalho. Ao lado da

⁴² STEMLER, Hildegard; WIEGAND, Erich, *op. cit.*, p. 25.

⁴³ WEHLER, Hans-Ulrich, *op. cit.*, p. 254.

⁴⁴ HOBBSBAM, Eric J., *op. cit.*, p. 290.

⁴⁵ Cf. KELLENBENZ, Hermann. *Deutsche Wirtschaftsgeschichte. Band II*. München: Beck, 1981, p. 64.

⁴⁶ Cf. HAUSSCHILD, Jan Christoph, *op. cit.*, p. 87.

⁴⁷ HOBBSBAM, Eric J., *op. cit.*, pp. 282-83.

⁴⁸ SAGARA, Eda, *op. cit.*, p. 377.

⁴⁹ HAUSSCHILD, Jan Christoph, *op. cit.*, p. 87.

migração urbana, o período conheceu a emigração, para muitos uma última possibilidade de sobreviver à penúria. Em Hesse, “dezenas de milhares de pessoas só podiam vislumbrar um futuro na América ou na Austrália. Entre 1823 e 1829, estima-se que de 12 a 13 mil habitantes do Grão-Ducado tenham se decidido pela emigração para o Brasil.”⁵⁰

As altas taxas de desemprego acabaram por reduzir em acentuado aumento da criminalidade que, ao lado de atos esporádicos de destruição de máquinas e de greves no setor ferroviário, revelavam o potencial de revolta dos segmentos não burgueses da população. Na Prússia, o número total de condenações pela justiça aumentou de 66.539 para 116.398, de 1833 a 1847.⁵¹ Esse estado de insurgência latente viria a ser catalisado pela burguesia, que viu no madoço engajamento popular o instrumento de que necessitava para impor-se como classe dominante na Revolução de 1848.

Para manter a submissão irrestrita ao *status quo*, os governos da federação lançaram mão de um exército que lhes garantiu por décadas repressão eficaz, quando o descontentamento popular “degenerava” na contestação à ordem social. Na Prússia, vigorava a obrigatoriedade do serviço militar, cuja duração de três anos extrapolava as necessidades de preparação para a guerra, servindo antes como uma instituição de doutrinação contrarrevolucionária e como instrumento de repressão interna. O Príncipe Guilherme, ele próprio um ardoroso oficial do exército, defendia em 1832 a manutenção do custoso serviço militar, mesmo diante das combalidas finanças públicas: “A tendência dos partidos revolucionários ou liberais na Europa é pouco a pouco derrubar todos os esteios da monarquia”, dizia o príncipe-soldado. De acordo com ele, a ação revolucionária voltava-se também contra “o mais nobre desses esteios”, o exército. Este, portanto, quanto mais estivesse imbuído de “um autêntico espírito militar”, tanto mais infenso seria à sanha subversiva. Esse “espírito” baseava-se na disciplina e na obediência, algo que apenas um treinamento prolongado poderia garantir. A “obediência cega”, insistia Guilherme, “é aquilo que mais dificuldades impõe aos revolucioná-

⁵⁰ *Id.*, *ibid.*, p. 88.

⁵¹ Cf. BLASIUS, Dirk, *op. cit.*, p. 30.

rios.”⁵² A partir dessa socialização militar, pôde-se empregar as tropas no combate a todo tipo de manifestação contra a ordem restaurativa. “Quando unidades da cavalaria ou da infantaria foram mobilizadas para reforçar a força policial, o que desde 1830 se tornara a regra, jamais se questionou sua confiabilidade.”⁵³

N’*O mensageiro de Hesse*, Büchner conclamava os camponeses à luta, trazendo-lhes à lembrança o massacre de uma aldeia pelo exército durante uma revolta campesina no outono de 1830. Södel, pequena vila nas proximidades de Wölfersheim, viu-se tomada por uma tropa de cavalaria que, depois de deter vários de seus habitantes, arremeteu contra eles. A fúria dos soldados não poupou nem mesmo as mulheres e as crianças, que foram trucidadas pela espada ou por tiros de pistola.⁵⁴ Os responsáveis pela matança, como Büchner salientou, eram gente do próprio povo, recrutada pelo exército para impedir as reivindicações de seus iguais:

Com seus tambores, abafam vossos gemidos; com suas coronhas esmagam-vos a cabeça, se ousais pensar que sois homens livres. Eles são os assassinos legalizados que protegem os ladrões legalizados. Lembrai-vos de Södel! Vossos irmãos, vossos filhos, foram os fraticidas e parricidas ali.⁵⁵

Em Darmstadt, onde residia a família Büchner, havia, por volta de 1830, um considerável contingente de soldados, pertencentes a dois regimentos de infantaria, quatro esquadrões de cavalaria ligeira, um corpo de artilharia e uma tropa de guarda. 20% da população da cidade era composta por militares. Defronte ao quartel da cavalaria tocava, ao meio-dia, a banda militar. No verão, o trompete soava todos os dias à saída da tropa e durante seu retorno.⁵⁶ Não havia como ignorar na cidade a presença do exército que mantinha a ordem na Alemanha da Restauração.

⁵² *Apud* WEHLER, Hans-Ulrich, *op. cit.*, p. 393.

⁵³ *Id.*, *ibid.*, p. 394.

⁵⁴ Cf. HAUSCHILD, Jan Christoph, *op. cit.*, pp. 80-1.

⁵⁵ GB, vol. II, p. 57.

⁵⁶ Cf. HAUSCHILD, Jan Christoph, *op. cit.*, p. 96.

É nesse contexto histórico que Büchner dá forma a Woyzeck, o soldado pobre que, submetendo-se à regra da caserna e ao trabalho extra, busca sobreviver à miséria que reina por toda parte. O *Füsilier* do “segundo regimento, segundo batalhão, quarta companhia”, amasiado de Marie, pai de uma criança de colo, cobiava de um médico, modelo de fisiologia nas preleções de um professor, factótum de seu superior militar, alvo preferencial do escárnio público, é o representante de milhares de despossuídos, vítimas de um sistema baseado nas novas formas de exploração social. Sem a compreensão de seu momento histórico, Woyzeck volta ao lugar que o regime que o oprimiu determinou para ele, o de um indivíduo sem vontade própria, sem cara nem coração, uma vez que se lhe nega a parte fundamental de sua substância: as condições materiais de existência. Abstraindo-se o meio social que o enforma, ele configura o cidadão que, nas palavras de Brecht, é eliminado da memória coletiva: “Das mentiras em que haveremos sempre de acreditar: / Você não pode ter existido.”⁵⁷

3

WOYZECK NO CONTEXTO DA TRADIÇÃO DRAMÁTICA

O drama clássico

A origem do drama moderno remonta à Renascença, em meio à derrocada do mundo medieval teocêntrico, numa época em que “as coisas terrenas” não mais se conciliam com o mundo “supraterrano”.¹ Liberto da tutela eclesiástica, o homem europeu passa a reconhecer na relação intersubjetiva o evento fulcral de sua existência, fato que repercutirá profundamente no teatro e nas artes em geral. Eliminando-se o coro, o prólogo e o epílogo, o diálogo assume o monopólio da forma dramática, convertendo-se no fio condutor por excelência da experiência intersubjetiva. Surge assim o drama clássico, distinto da tragédia antiga, do teatro medieval, do drama barroco e das peças de Shakespeare.²

A primazia da relação intersubjetiva impõe à ação dramática um caráter absoluto: ela ignora toda e qualquer referência a algo que não lhe seja intrínseco; seu autor não pode comentá-la, e o que é dito jamais se dirige diretamente ao espectador. A ação desenrola-se obrigatoriamente e exclusivamente por meio do diálogo. Em virtude dessa

¹ Cf. “Deus como artífice” e “A teoria teológica da arte na literatura espanhola do século XVII”. In CURTIUS, Ernst Robert. *Literatura europeia e Idade Média latina*. Tradução de Paulo Rónai e Teodoro Cabral. São Paulo: Hucitec; Edusp, 1996.

² Cf. SZONDI, Peter, *op. cit.*, p. 15.

⁵⁷ BRECHT, Bertolt. “Guia para o habitante das cidades.” Tradução de Tercio Reedondo. In: *Revista Cacto*, Nº 4. São Paulo: Unimarco, jul./dez. 2004, p. 117.

É nesse contexto histórico que Büchner dá forma a Woyzeck, o soldado pobre que, submetendo-se à regra da caserna e ao trabalho extra, busca sobreviver à miséria que reina por toda parte. O *Füsilier* do “segundo regimento, segundo batalhão, quarta companhia”, amasiado de Marie, pai de uma criança de colo, cobiava de um médico, modelo de fisiologia nas preleções de um professor, factótum de seu superior militar, alvo preferencial do escárnio público, é o representante de milhões de despossuídos, vítimas de um sistema baseado nas novas formas de exploração social. Sem a compreensão de seu momento histórico, Woyzeck volta ao lugar que o regime que o oprimiu determinou para ele, o de um indivíduo sem vontade própria, sem cara nem coração, uma vez que se lhe nega a parte fundamental de sua substância: as condições materiais de existência. Abstraindo-se o meio social que o enforma, ele configura o cidadão que, nas palavras de Brecht, é eliminado da memória coletiva: “Das mentiras em que havemos sempre de acreditar: / Você não pode ter existido.”⁵⁷

3

WOYZECK NO CONTEXTO DA TRADIÇÃO DRAMÁTICA

O drama clássico

A origem do drama moderno remonta à Renascença, em meio à derrocada do mundo medieval teocêntrico, numa época em que “as coisas terrenas” não mais se conciliam com o mundo “supratereño”.¹ Liberto da tutela eclesiástica, o homem europeu passa a reconhecer na relação intersubjetiva o evento fulcral de sua existência, fato que repercutirá profundamente no teatro e nas artes em geral. Eliminando-se o coro, o prólogo e o epílogo, o diálogo assume o monopólio da forma dramática, convertendo-se no fio condutor por excelência da experiência intersubjetiva. Surge assim o drama clássico, distinto da tragédia antiga, do teatro medieval, do drama barroco e das peças de Shakespeare.²

A primazia da relação intersubjetiva impõe à ação dramática um caráter absoluto: ela ignora toda e qualquer referência a algo que não lhe seja intrínseco; seu autor não pode comentá-la, e o que é dito jamais se dirige diretamente ao espectador. A ação desenrola-se obrigatoriamente e exclusivamente por meio do diálogo. Em virtude dessa

¹ Cf. “Deus como artífice” e “A teoria teológica da arte na literatura espanhola do século XVII”. In CURTIUS, Ernst Robert. *Literatura europeia e Idade Média latina*. Tradução de Paulo Rónai e Teodoro Cabral. São Paulo: Hucitec; Edusp, 1996.

² Cf. SZONDI, Peter, *op. cit.*, p. 15.

⁵⁷ BRECHT, Bertolt. “Guia para o habitante das cidades.” Tradução de Tercio Rendo. In: *Revista Cacto*. Nº 4. São Paulo: Unimarco, jul./dez. 2004, p. 117.

absolutização, rejeita-se igualmente o evento fortuito ou arbitrário: tudo o que se passa no drama é o efeito necessário de um evento progressivo, ele também circunscrito aos limites dessa ação fechada. A ação se desenvolve num movimento linear que, uma vez desencadeado, progride de modo autônomo e inapelável a seu desfecho. Cada momento encerra, no dizer de Szondi, o “germe” daquilo que ocorrerá em seguida.³ O corolário desse perene devir dialógico é a substituição de um presente também absoluto. Um “pleno retrocesso cênico ao passado”, à maneira de um *flash back*, impossibilitaria “o avanço ininterrupto da ação dramática, cujo tempo é linear e sucessivo como o tempo empírico da realidade.”⁴ Do mesmo modo, interdita-se ao drama vislumbrar o porvir, pois ambos, a remissão ao evento pretérito e a antecipação de acontecimentos futuros, acarretam a intervenção de um fator estranho ao diálogo, o elemento épico.

O trabalho de interpretação dos atores deve obedecer também a essa lógica absolutizante do drama. “A relação ator-espectador não pode de modo algum tornar-se visível. Pelo contrário, o ator e a personagem devem unificar-se na pessoa dramática.”⁵ A profunda identificação do ator com sua personagem impõe-se como necessária ao sequestro do espectador para o universo da ação, da qual não participa ativamente, mas a ela se articula, de modo passivo, projetando-se nas personagens. Envolvido em acontecimentos protagonizados por terceiros, o espectador passa ele mesmo a falar, “bem entendido”, como ressalta Szondi, “pela boca de todas as personagens.”⁶

A retomada das unidades aristotélicas é também resultante desse ferrenho credo intersubjetivo. Elas garantem em grande medida a imunidade do drama à intervenção desse terceiro indesejável, o narrador. Pois, no momento em que se admite a variação de lugar ou o lapso temporal no drama, insinua-se a figura implícita ou explícita do sujeito épico – uma espécie de rubrica que surge de repente diante do público espectador, como se estivesse a anunciar “transcorreram-se agora três anos”, ou, para informar um deslocamento espacial,

³ *Id.*, *ibid.*, p. 17.

⁴ ROSENFELD, Anatol. *O teatro épico*. São Paulo: Perspectiva, 2000, p. 31.

⁵ SZONDI, Peter, *op. cit.*, p. 16.

⁶ *Id.*, *ibid.*, p. 16.

disse: “Deixemos por hora os conspiradores na floresta e procuremos o rei desavisado em seu palácio.”⁷

A fidelidade ao diálogo faz-se notar ainda na eleição das personagens, observando-se em primeiro plano figuras da corte. A linguagem empregada é elevada, no mais das vezes versificada. Há ainda a submissão a regras estritas de decoro que impedem a encenação direta de episódios violentos ou que possam ferir a sensibilidade do público. Pertencentes ao mesmo extrato social, o da nobreza, os antagonistas do drama clássico promovem em seus diálogos aquilo que Volker Klotz denominou “duelo verbal” [*Rededuell*]⁸, um embate retórico marcado pelo virtuosismo e frequentemente pela simetria, com os contendores valendo-se de um repertório de valores comuns à sua posição social. Não obstante o conflito que os separa em campos opostos, a obediência ao código de comportamento da corte é condição *sine qua non* da expressão de ambos. A eventual apresentação de um antagonista oriundo de uma classe social inferior desestabilizaria a forma dialógica, uma vez que não se constituiria, já de partida, um universo linguístico comum.

A consciência desse *index* na formulação dramática transfigurou-se num determinado momento em zelo extremado e vigilância, padecendo de rigorosa censura aquele que se aventurasse a contrariar a norma. Na França do século XVII, a prescrição das *unidades* tornou-se quase um assunto de Estado. Por ocasião da famosa celeuma em torno do *Cid*, de Corneille, acusado de desrespeito às regras aristotélicas, o próprio Cardeal de Richelieu interveio na questão, escrevendo ao autor e a um seu detratador, em meio a um debate contaminado por ofensas pessoais.⁹ A dimensão alcançada pela contenda não era despropositada; ela refletia a preocupação com valores que o teatro encarnava e que ao Estado absolutista não eram indiferentes.

⁷ Reproduzem-se aqui exemplos elidos por Szondi. Cf. SZONDI, Peter, *op. cit.*, p. 18.

⁸ Cf. KLOTZ, Volker, *op. cit.*, pp. 77-78.

⁹ Cf. CARLSON, Marvin. *Teorias do teatro*. Tradução de Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Editora Unesp, 1997, pp. 90-91.

A contestação da forma clássica na Alemanha

Em fins do século XVIII, a Alemanha conhece um movimento artístico fugaz, mas de influência decisiva na literatura e no teatro modernos: o *Sturm und Drang*, em que figuram o Goethe do *Werther*, o jovem Schiller e Lenz.¹⁰ A incipiente burguesia alemã encontra nele um foro altamente qualificado, capaz de confrontar a supremacia aristocrática no teatro e na literatura, ponto sensível na consecução de seu projeto de emancipação política. O campo primordial de reflexão e de experimentação do movimento seria o drama, pelo espaço que podia oferecer à representação de uma realidade social mais complexa. Fritz Martini, num detalhado ensaio sobre o movimento, atesta a revolução formal que se desenrolava na dramaturgia alemã, cujos efeitos extrapolaram em muito aquele último quartel do século XVIII: “A nova percepção artística e a ruptura estilística que ela desencadeou manifestam-se ainda mais no drama que na lírica. [...] O drama, liberado das convenções clássicas, desenvolveu repentinamente uma variedade de possibilidades formais que abriu espaço ao ímpeto subjetivo da expressão, ao advento de novas formas e de uma nova linguagem.”¹¹ Ao se imiscuir num reduto da nobreza, o dramaturgo do *Sturm und Drang* promovia a contaminação do estilo elevado da corte pela expressão vulgarizada, tirada de um cotidiano que o drama clássico ignorava.¹² Às vésperas da Revolução Francesa, a pretensão aristocrática de uma forma dramática essencial ou anistórica perdia seu fundamento histórico: desmoronava seu monopólio do poder político e econômico, justificado até então pela perenidade da ordenação divina.¹³ A ascensão burguesa

¹⁰ Jakob Michael Reinhold Lenz (1751-1792).

¹¹ MARTINI, Fritz. “Die Poetik des Dramas im Sturm und Drang”. In: *Deutsche Dramentheorien*. Vol. I. Editado por Reinhold Grimm. Frankfurt am Main: Athenäum, 1973, p. 128.

¹² Nesse ponto, a nova dramaturgia adota um procedimento já conhecido pelo teatro de Shakespeare, como informa “O príncipe cansado” de Auerbach. Cf. AUERBACH, Erich. *Mimesis*. São Paulo: Perspectiva, 1994, p. 282.

¹³ Os eventos de 1789 selariam definitivamente a obsolescência das formas de representação aristocrática: “A ordem subvertida na Revolução Francesa e nas guerras napoleônicas, e, depois de 1815, aparentemente restaurada, não se deixa mais representar com os meios artísticos do classicismo, ou seja, como

corrigiria essa visão do mundo nobre, pois seu cotidiano empreendedor desconhecia a imutabilidade do universo da corte. “Ali onde o homem permanece preso à rede das circunstâncias do seu dia-a-dia, sem elevar-se, nenhuma essência pura pode nele encarnar-se. Da essencialidade do herói chega-se à sua figura viva. Isto significa ao mesmo tempo ver o homem de modo realista.”¹⁴

Lenz, um dos poucos teóricos¹⁵ do *Sturm und Drang*, escreveu dramas, textos de prosa e de crítica social, e, em 1774, um emblemático ensaio, *Anmerkungen übers Theater* [Anotações sobre o teatro], no qual preconizava a ruptura radical com os preceitos da tradição clássica, em favor de uma obra em que a personagem centralizasse a ação. Segundo Lenz, as unidades aristotélicas haviam sido fundamentais numa época em que o mundo fora regido pelos deuses, mas na ausência do primado olímpico, tais prescrições constituiriam tão somente uma amarra à criação poética. Em seus dramas, ele procurou dar forma à insurgência contra os parâmetros da academia literária. *Die Soldaten* [Os soldados], de 1776, apresenta quebra das unidades de tempo e espaço, alterando-se esse último quase a cada mudança de cena. A linguagem torna-se prosaica e coloquial, e do aposento real encenado no drama clássico muda-se para a sala de estar da casa burguesa. O “duelo verbal” já não se sustenta, em virtude de uma promiscuidade impensável nos dramas de Racine ou do classicismo alemão subsequente: a linguagem do nobre encontra-se degradada e a do burguês não alcança jamais o tom elevado do mundo da corte.

No drama de Lenz, Marianne Wesener, filha de um comerciante que deseja ascender socialmente, é seduzida por Desportes, um mi-

continuum simbólico sobre o pano de fundo de uma natureza entendida como divina [...]” (WITTE, Bernd. “Einleitung”. In: Glaser, Horst Albert (org.). *Deutsche Literatur: eine Sozialgeschichte*, Band 6. Hamburg: Rowohlt Taschenbuch, 1987, p. 12).

¹⁴ KRAPP, Helmut. *Der Dialog bei Georg Büchner*. München: Carl Hanser, 1970, p. 14.

¹⁵ Martini comenta a relação paradoxal que se estabeleceu à época entre crítica e obra, no contexto de uma geração que “se unia na recusa de toda teorização e sistematização, do filosofar abstrato e da classificação estética” (MARTINI, Fritz, *op. cit.*, p. 125), reduzindo-se em muito a produção ensaística.

litar de origem nobre. O conflito de interesses próprios da posição social de cada personagem patenteia-se no plano linguístico: o fosso que os separa socialmente impede a consecução de um diálogo “impoluto”. A discrepância na origem de classe sobressai também na configuração espacial em que se alternam a casa pequeno-burguesa, a mansão aristocrática, o clube de oficiais e até mesmo uma prosaica farmácia. Ninguém se move com desenvoltura e segurança nesse mundo em que o nobre frequenta a casa do cidadão burguês e a heroína remediada adentra os domínios da aristocracia. Mariane, ao ser cortejada por Desportes, torna-se vítima da ingenuidade de sua classe. Diante do aceno sedutor do oficial, ela crê poder aceder sem mais ao mundo nobre. O próprio pai da moça sonhadora, em princípio mais experiente, empenha-se no fantasioso projeto de casamento com o major.

A nobreza empobrecida procurava de fato um consórcio com a afluente burguesia capitalista, e o casamento com o plebeu tornava-se para muitas famílias da nobreza a derradeira chance de escapar a um iminente colapso financeiro. Mas a casa aristocrática condescendia com o casamento “impuro” em função do dote que o burguês pudesse oferecer. Casava-se o barão empobrecido com a filha do banqueiro ou do capitão de indústria, uma situação econômica muito distante daquela que os Wesener ostentam. Se a ingenuidade do pequeno-burguês é fonte de sua ruína, a aproximação do nobre a um universo social que lhe é estranho prepara-lhe igualmente uma inaudita cilada. Desportes, o mimado oficial, cioso de sua posição e certo de sua impunidade, é incapaz de antever a vingança por seu comportamento desregrado. Ele acaba por tomar a sopa envenenada por um reles soldado – final prosaico e indigno para o nobre decaído. A ascensão da burguesia ao prosclínio onde pontificava a nobreza expõe o antagonismo de duas classes sociais que disputam o poder, ora repelindo-se, ora negociando soluções para seus impasses. A discrepância social põe fim ao diálogo que se expressara uma vez no verso iâmbico e no uso de figuras retóricas selecionadas, próprias do mundo da corte.

Büchner trava conhecimento com a obra de Lenz em sua passagem por Estrasburgo, o que lhe renderia em grande medida a forma de seus dramas e o tema de sua única narrativa, intitulada justamente

Lenz, baseada num relato biográfico.¹⁶ Em *A morte de Danton*, seu primeiro drama, publicado em 1835, quebra-se o esquema piramidal prescrito pela poética de Freytag,¹⁷ que exigia a divisão do drama em cinco atos, aceitando com ressalvas uma divisão trinária ou, no limite, a redução a um ato único.¹⁸ A tragédia de Danton e de seus amigos revolucionários tem divisão quaternária, o que impede a constituição de um clímax no ponto central da composição, o ápice da pirâmide freytagiana. Como sublinha Irene Aron,¹⁹ nessa tragédia da revolução os atos “não impelem a ação dramática.”²⁰ As cenas é que conduzem o enredo, concentrando “toda a relevância como núcleo dramático com vida própria”, sem lograr contudo “um desenvolvimento linear e sucessivo da ação.”²¹ No plano linguístico, introduz-se o fraseado paratático que adquirirá absoluta relevância em *Woyzeck*, e o monólogo, igualmente mais importante na obra ulterior de Büchner, já se faz presente, no lugar de um diálogo, que se esgarça. A própria fábula de *Danton*, tomada a uma figura histórica, impede, como salienta Szondi, o desenvolvimento de uma ação autônoma, fechada sobre si mesma. As circunstâncias da morte do herói de 1789 extrapolam o domínio da subjetividade, inserindo-se no drama acontecimentos que implicam o elemento épico.

¹⁶ Oberlin, pároco de uma pequena aldeia em Steinthal, acolheu Lenz em 1778, numa tentativa frustrada de auxiliá-lo no momento em que o jovem literato era acometido por grave distúrbio psicótico. A visita de poucas semanas é narrada num relato pungente, em que o pastor pietista defronta um quadro de alucinações e delírios místico-paranóides, infensos à sua palavra admoestadora. Büchner, que recebe o manuscrito de Oberlin por mãos de amigos em Estrasburgo, dá-lhe tratamento literário, ressaltando num excuro ensaístico inscrito no conto a lição deixada por Lenz de se buscar uma composição realista das personagens: “Que se faça uma tentativa de investigar a fundo a vida no mais ínfimo dos seres e de reproduzi-la novamente em seus espasmos, nas insinuações, as mais finas, mal perceptíveis expressões do rosto [...]” (Peter Schneider / Georg Büchner. *Lenz: um relato* / Lenz. Tradução de Irene Aron. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 135).

¹⁷ Gustav Freytag (1816-1895). Jornalista, escritor e político, publicou em 1863 *Die Technik des Dramas* [A técnica do drama], poética normativa que tinha o apreço da crítica mais conservadora e logrou diversas edições.

¹⁸ Para um resumo mais detalhado das lições de Freytag e também das observações de Szondi relativas à crise do drama burguês, cf. o capítulo “Sinta o drama” no livro homônimo de Iná Camargo Costa (São Paulo: Vozes, 1998).

¹⁹ ARON, Irene. *Georg Büchner e a modernidade*. São Paulo: Annablume, 1993.

²⁰ *Id.*, *ibid.*, p. 58.

²¹ *Id.*, *ibid.*, pp. 64-65.

Woyzeck

Em *Woyzeck*, consolida-se a ruptura com a tradição de um modo tão radical que a forma engendrada por Büchner somente seria retomada pelas vanguardas do século XX e, em particular, pelo teatro épico de Bertolt Brecht. Na tragédia do soldado, desaparece a divisão em atos, as cenas ganham em autonomia, a linguagem despreza qualquer compromisso com a norma do bom gosto ou do decoro. Pela primeira vez, o teatro alemão depara a figura do proletário pisando o solo sagrado do drama.

A recepção já problemática da personagem burguesa nos dramas do *Sturm und Drang* complica-se com a presença do lúmpen, cujos interesses opõem-se frontalmente àqueles defendidos pelas classes dominantes. Se, no limite, a burguesia e a nobreza negociavam a partilha do poder, o proletariado em formação tinha tudo a perder e nada a ganhar com o novo modelo de exploração capitalista. Depois do Congresso de Viena, a burguesia reclamava com empenho um espaço político que correspondesse a seu poder econômico, em vias de se tornar hegemônico. Seus reclamos, contudo, não previam uma ruptura na ordem política, tal qual a incipiente classe operária passaria a exigir ao longo de todo o século:

A pretensão política da burguesia voltava-se contra os privilégios da nobreza; não se queria nenhuma revolução radical, mas, fundamentalmente, um espaço de manobra ampliado para o desenvolvimento político e econômico da burguesia proprietária. Desejava-se, portanto, igualdade de direitos em relação aos nobres, não o seu afastamento do poder. Pedia-se um Estado liberal numa nação unificada e pensava-se com isso num espaço econômico unitário, que superasse as inúmeras barreiras alfandegárias e diferentes sistemas monetários e de medidas existentes na liga dos pequenos Estados alemães – um sistema que impedia consideravelmente o comércio e o desenvolvimento da burguesia.²²

²² KAUFFELDT, Rolf; MAINZ, Werner (orgs.). *Georg Büchner: Woyzeck: Text und Materialien*. Düsseldorf: Cornelsen, 1990, p. 38.

O regime da Restauração sustentava-se à custa do *apartheid* social: trabalho insano nas fábricas e no que restara das antigas oficinas das corporações de ofício, altas taxas de desemprego, nenhuma forma de seguro social, nenhum contrato de trabalho regulado por lei, nenhum direito à participação política, moradia insalubre, fome, doença e morte. No imaginário da elite, à figura do proletário associavam-se a preguiça, os vícios, o crime e uma enorme capacidade de gerar novos contingentes de miseráveis. Para o burguês educado e sensível, tratava-se da escória humana a ser mantida longe do alcance de seus olhos. Não obstante, essa pobreza assustadora compunha mais de 70% da população alemã nos decênios que precederam a revolução de 1848. Metade dela encontrava-se entregue à fome.

Nos palcos, essa miséria vinha sendo varrida para debaixo do tapete²³ até o surgimento do soldado de Büchner. Para o jovem dramaturgo, teria sido mais simples compor uma peça que incluísse somente os miseráveis: uma intriga entre marginais que cobiçassem a mesma mulher, a penúria contrastada pela virtude da heroína, o desenlace fatal, e, se possível, a punição do assassino. Mas o redator d'*O mensageiro de Hesse* insistia na desagradável exposição do confronto social, expresso no panfleto que lhe rendera o exílio:

No ano de 1834, tudo se parece como se a Bfbilia, por mentir, fosse castigada. Tudo se passa como se Deus tivesse criado os camponeses e os trabalhadores no quinto dia e os príncipes e aristocratas no sexto, e como se Deus tivesse dito a estes: dominai sobre todo animal que ras-teja sobre a terra, e tivesse contado os camponeses e os cidadãos entre os vermes. A vida dos aristocratas é um longo domingo. Moram em belas casas, trajam roupas finas, têm as faces redondas e falam num linguajar todo próprio. O povo, porém, jaz diante deles como adubo sobre o campo. O camponês anda atrás do arado; o aristocrata o segue e o conduz junto à cabra na charrua; toma para si o grão e deixa ao

²³ A crise social tornara-se “invisível” na literatura e no teatro, numa sintomática reação de defesa da elite temerosa da revolta: “Precisamente os problemas sociais concretos (como o rebaixamento à miséria da maior parte da população) não ocupam o primeiro plano na consciência pública do *Vormärz* alemão.” (MEIER, Albert. *Georg Büchner: “Woyzeck”*. München: Fink, 1993, p. 12).

camponês o restolho. A vida do camponês é um longo dia de trabalho; estranhos consomem sua plantação, diante de seus olhos; seu corpo é um calo só, seu suor é o sal à mesa do aristocrata.²⁴

Cabe lembrar que na redação original de Büchner o texto trazia a figura do “rico”; Weidiger, editor do panfleto, eliminou-o, preferindo o termo “aristocrata”, com o intuito de angariar a simpatia da burguesia liberal, que Büchner também detratava.²⁵ O grupo responsável pela edição e divulgação da investiva contra o regime da Restauração foi denunciado ao iniciar-se a sua distribuição. Büchner, na iminência de ser preso, fugiu para Estrasburgo; Weidiger foi detido, morrendo na prisão, em circunstâncias jamais esclarecidas.

Woyzeck incorpora na forma do drama a denúncia expressa n’*O mensageiro de Hesse*. Em meio às vicissitudes do soldado, veem-se os representantes das classes que o exploram: o médico, o capitão e o professor, além do tamboreiro, que logra participar da rapina. No antagonismo entre o “andar de baixo” e o “de cima”, implodem o diálogo, a composição harmônica, o tempo regrado e o espaço comum e unitário. O duelo verbal *inter pares* é sacudido de modo violento pela aparição da ralé iletrada, observando-se agora um outro conflito, irreduzível ao diálogo em seu molde tradicional.

O que se procurará demonstrar a seguir são as marcas que esse conflito imprime na forma de *Woyzeck*, desde o desenvolvimento da ação, passando pelo tempo e espaço, até a constituição das personagens e sua expressão linguística, frente à derrocada da forma dialógica na construção dramática.

²⁴ GB, vol. II, pp. 53-54.

²⁵ Cf. BÜCHNER, Georg. *Woyzeck: Faksimile, Transkription, Emendation und Lesetext: Buch und CD-ROM-Ausgabe*. Editado por Enrico de Angelis. München: Saur, 2000, p. 26.

O TRABALHO E A FORMA

Ação e gesto social

O que se pode denominar *ação* em *Woyzeck* subtrai-se ao terreno de um embate que opõe vontades individuais, cujo desenvolvimento constituiu a substância do drama clássico. O conflito deslocase agora da esfera puramente intersubjetiva para configurar um campo de forças mais abrangente e que não se subsume ao diálogo dramático, uma vez que a obra se encontra aberta ao jogo das possibilidades de existência e de sustentação da ordem social num momento de crise. Que os interesses das classes dominantes se encontrem ameaçados no drama de Büchner demonstra-o o discurso dos superiores de *Woyzeck*, invariavelmente votado à argumentação moral, religiosa e científica que procura desautorizar o comportamento de seu subordinado. Abre-se assim amplo leque de opções na tarefa conjunta de sujeitar o soldado à obediência e à conformidade dos interesses de seus superiores, sem deixar a ele espaço para a reivindicação de direitos. Por seu turno, as vítimas desse estado de coisas reagem à censura de modo ambivalente. *Woyzeck* e Marie ora aqui-escem à sujeição e conformam-se, ora esboçam uma resposta que, menos submissa, recusa a crítica a eles endereçada, na medida em que apontam o viés ideológico no sistema argumentativo de seus superiores. Desse modo, a ação perde a trajetória linear prescrita pela norma burguesa, debatendo-se a cada cena com as contradições existentes na organização social e estando impedida de seguir seu cami-